



“

Relatório e Contas

'21

**Vitrus**

AMBIENTE EM SA - GUIMARÃES

M
2018
↓

“

Índice



M
2021
↓



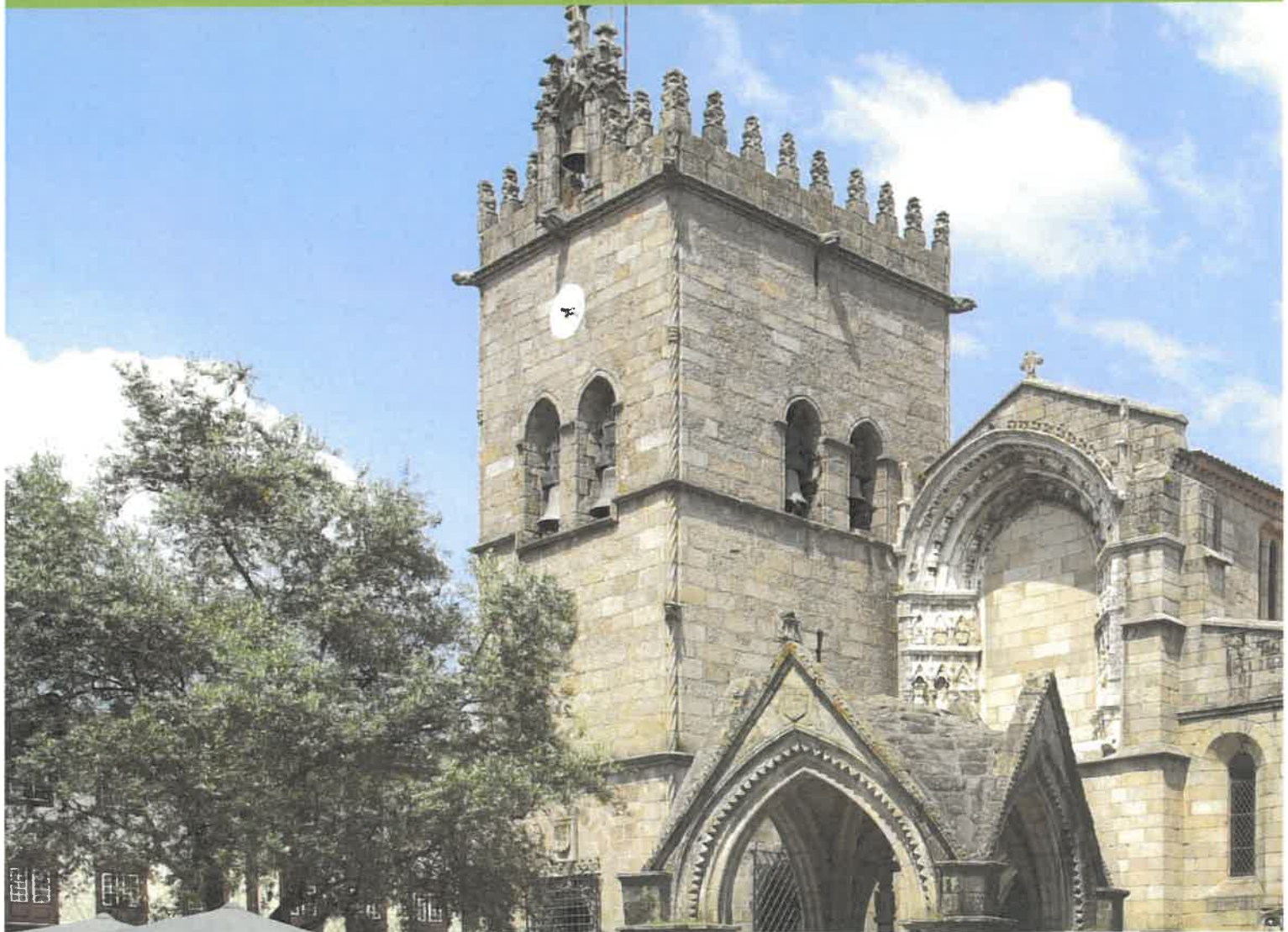
- 04** A empresa
- 06** Missão, visão e valores
- 08** Ação estratégica e políticas
- 10** Organograma
- 12** Orgãos sociais
- 13** Áreas de serviço e evolução da atividade
- 24** Situação económica e financeira
- 28** Perspetivas futuras
- 30** Proposta de aplicação de resultados
- 31** Anexo ao relatório de gestão
- 32** Demonstrações financeiras
- 38** Anexo às demonstrações financeiras
- 60** CLC, Relatório e Parecer do Fiscal Único



“

Por uma cidade mais limpa

Compromisso e
organização na eficiência.



A Vitrus Ambiente

Constituída por escritura
pública em 29 de setembro
de 2010

A VITRUS AMBIENTE, EM, SA enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Constituída por escritura pública em 8 de setembro de 2010 e com início da sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano, a **VITRUS** assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes

áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de Resíduos Urbanos e Limpeza de Instalações e de Espaços Públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL].

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de atividade.



M
ato



“

|

Missão visão e valores

Serviço público de
qualidade como referência.

“

|

Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde atuamos.

A **VITRUS** tem como missão a recolha e transporte dos resíduos urbanos contentorizados, a limpeza e higiene dos edifícios públicos onde estão instalados serviços municipais e a gestão do estacionamento urbano, estabelecendo o serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência. Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde atuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A **VITRUS** assenta toda a sua ação nos seguintes valores:

Veracidade

As ações e decisões serem sempre exatas e verdadeiras;

Inovação

Com a intenção de criar valor onde atua e naquilo que faz;

Transparência

Ligação clara e inequívoca na relação com os stakeholders;

Responsabilidade

Assumir as funções e as implicações das respetivas ações;

Utilidade

Sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

Sustentabilidade

Priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis;

A lush green forest with a stream flowing over mossy rocks. The water is clear and reflects the surrounding greenery. The trees are tall and dense, creating a canopy of leaves. The overall scene is peaceful and natural.

“

Ação estratégica e políticas

Obter níveis elevados
de eficácia e eficiência.



“

|

Sem nunca perder o foco nos nossos valores, a VITRUS destaca cada vez mais o papel relevante da economia circular.

Assente nos valores, em todas as ações que concretiza, a **VITRUS** pauta sempre o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

Ao longo dos 11 anos ao dispor da comunidade, a **VITRUS** tem-se pautado por prestar um serviço útil e de qualidade, sempre com o propósito de continuar a obter níveis elevados de eficácia e eficiência com o foco no crescimento contínuo e sustentável. O constante avanço e otimização dos equipamentos, serviços e recursos são dos principais meios usados

para atingir a satisfação cada vez maior e de forma mais distinta da comunidade que servimos, em primeiro lugar, mas também do município, dos fornecedores e dos nossos colaboradores.

Sem nunca perder o foco nos nossos valores, a **VITRUS** destaca cada vez mais o papel relevante da economia circular em detrimento da economia linear. A proteção do ambiente e a qualidade de vida dos nossos munícipes são primordiais no exercício das nossas funções, daí que a nossa aposta em diversos projetos e iniciativas de responsabilidade social são incentivadas e ocupam um espaço considerável no dia-a-dia da empresa.

M
O
F.

“

Organograma

Uma organização pensada em servir!

m
A
J.



Administrativo e Financeiro



Recursos Humanos e Comunicação



Higiene Urbana



Limpeza de Edifícios



Investigação e Fiscalização Ambiental



Manutenção



Mobilidade

M
Castro
↓



“

Orgãos sociais

Trabalhamos
por si todos os dias!

Assembleia Geral

Domingos Bragança
Presidente

Ana Rita Oliveira
Secretária

Conselho de Administração

Sérgio Alberto Castro da Rocha
Presidente:

João Pedro de Oliveira Martins Castro
Administrador Executivo

Maria José Telxeira Martins
Administradora Não Executiva

Fiscal único

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

Capital Social e Prestações Suplementares

Capital Social de 255.343,00 Euros em 255.343 ações de valor nominal de 1,00 Euro.

Acionista

Município de Guimarães: 255.343 ações

Áreas de Serviço e Evolução da Atividade

Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público

O ano de 2021 a **VITRUS** manteve a sua atuação, de acordo com o estabelecido no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, direcionada para dois grandes serviços de interesse geral: **Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público.** **O primeiro serviço** – HIGIENE URBANA – Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública – desagrega-se em: I) Recolha e Transporte de Resíduos Indiferenciados; II) Gestão e Operacionalização do Sistema PAYT no Centro Histórico de Guimarães e III)

Limpeza de Vias e Espaços Públicos.

O segundo serviço – ESTACIONAMENTO PÚBLICO – Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público – desagrega-se em: I) Parques Públicos e II) Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. Uma outra atividade onde a empresa atua [**terceiro serviço**] é a Limpeza de Edifícios Públicos, todos eles com a responsabilidade e gestão direta da Câmara Municipal de Guimarães. Este serviço está contratualizado através de contrato de prestação de serviços, comumente designado “*in house*”.

01





Serviço I Higiene Urbana

Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública

Por fazer parte da génese da empresa, este serviço é muito importante, visível e aquele que constitui a parte mais representativa da sua estrutura. É de grande importância garantir que a VITRUS assegure as melhores condições de higiene urbana e pública aos munícipes e garantir que o serviço é prestado de forma competente e célere.

As vertentes de atuação enquadradas neste serviço de interesse geral, representaram cerca de 76% do volume de faturação da empresa.

// Recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados

As condições máximas de salubridade pública do município são o objetivo principal da VITRUS.

Em 2021 continuamos a investir em equipamentos que servem melhor não só a comunidade onde atuamos, como também os nossos colaboradores.

Voltamos a adquirir novos contentores de resíduos urbanos indiferenciados [enterrados e semienterrados] para instalação. Como resultado deste investimento, foi possível recolher mais de 1 945 toneladas de resíduos urbanos contentorizados relativamente ao ano anterior, bem como alargar o nosso espaço geográfico de atuação. Em 2021, fomos responsáveis pela gestão de 528 contentores de resíduos indiferenciados espalhados pelo município. Continuamos ainda a proceder à manutenção e higienização de todos os equipamentos já instalados e assim promover uma melhor imagem dos contentores de resíduos, da zona envolvente e da empresa, bem como promover uma utilização responsável e correta dos mesmos.

Em 2021, a VITRUS recolheu, no total, 38 731,5 toneladas de resíduos indiferenciados, o que corresponde a 62,9% dos resíduos indiferenciados recolhidos em todo o município.

Para otimizar os nossos serviços não apenas na execução das tarefas no terreno, mas também na recolha e análise da informação, queremos continuar a dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam atingir esses objetivos e, assim, tornar o nosso serviço cada vez mais eficiente e rigoroso.

// Recolha e transporte de resíduos volumosos [monstros]

"Monstros" é o nome mais comum usado para designar resíduos volumosos. Estes são todos os resíduos que, devido às suas dimensões ou volume, não podem ser depositados em ecopontos ou contentores e também não podem ser transportados por um camião de recolha comum. A VITRUS está responsável pelo transporte gratuito dos resíduos, em algumas freguesias do concelho, desde o ponto de recolha até ao Ecocentro, de acordo com um agendamento prévio e a colocação dos mesmos na via pública.

// Gestão e operacionalização do sistema payt no centro histórico de guimarães

A recolha e gestão dos resíduos no Centro Histórico e área adjacente é diferente do resto do concelho. Desde 2016 que a implementação da tarifa PAYT (Pay-as-you-throw) é um projeto pioneiro em Portugal e assenta no

“

O principal objetivo do sistema “Pay-as-you-throw” é responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos.

conceito de poluidor-pagador. Isto é, de acordo com esta tarifa, o utilizador paga apenas o lixo que produzir através da aquisição de sacos autorizados para a deposição de resíduos indiferenciados. Existe uma relação direta entre a produção e o pagamento de resíduos, logo, quanto mais separar, menos espaço ocupará nesse saco e mais vai poupar. O propósito essencial é incentivar os munícipes a refletirem sobre a quantidade de resíduos que produzem e apoiar a adoção de hábitos mais sustentáveis, como o da separação. São recolhidos diariamente, os resíduos colocados à porta de cada estabelecimento ou habitação.

O principal objetivo do sistema “PAYT” é responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos, para que sejam cumpridas as seguintes metas:

- I. Diminuir a quantidade de resíduos produzidos;
- II. Diminuir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro;
- III. Aumentar a quantidade de resíduos da recolha seletiva.

Estas metas vão de encontro às Diretivas Europeias e ao

objetivo de tornar Guimarães “mais verde”. Assim no ano de 2019, iniciou-se o alargamento do projeto PAYT à área adjacente ao Centro Histórico, incluindo por exemplo, Alameda São Dâmaso, Largo do Toural, Rua Santo António, Rua Gil Vicente, entre outras. Nestas ruas os utilizadores começaram a usufruir do mesmo sistema de gestão e recolha de resíduos.

No ano de 2021, aumentamos a quantidade de RU recolhidos na zona PAYT. A percentagem de resíduos seletivos recolhidos foi de 28,3%, sendo que desses, 32,5% foi vidro, 49,2% foram referentes ao papel e cartão e os restantes 18,3% foram provenientes das embalagens de plástico e metal. Ao todo, recolhemos mais de três mil e duzentas toneladas de resíduos urbanos (seletivos e indiferenciados) no Centro Histórico e área de alargamento.

// Limpeza de vias e espaços públicos

A VITRUS está responsável pela manutenção de vários espaços verdes e de vias públicas em Guimarães. Este serviço consiste no corte de ervas no passeio e em beirados de terrenos públicos e na desmatação e manutenção de áreas verdes. Com o serviço de



A VITRUS está responsável pela manutenção de vários espaços verdes e de vias públicas em Guimarães.

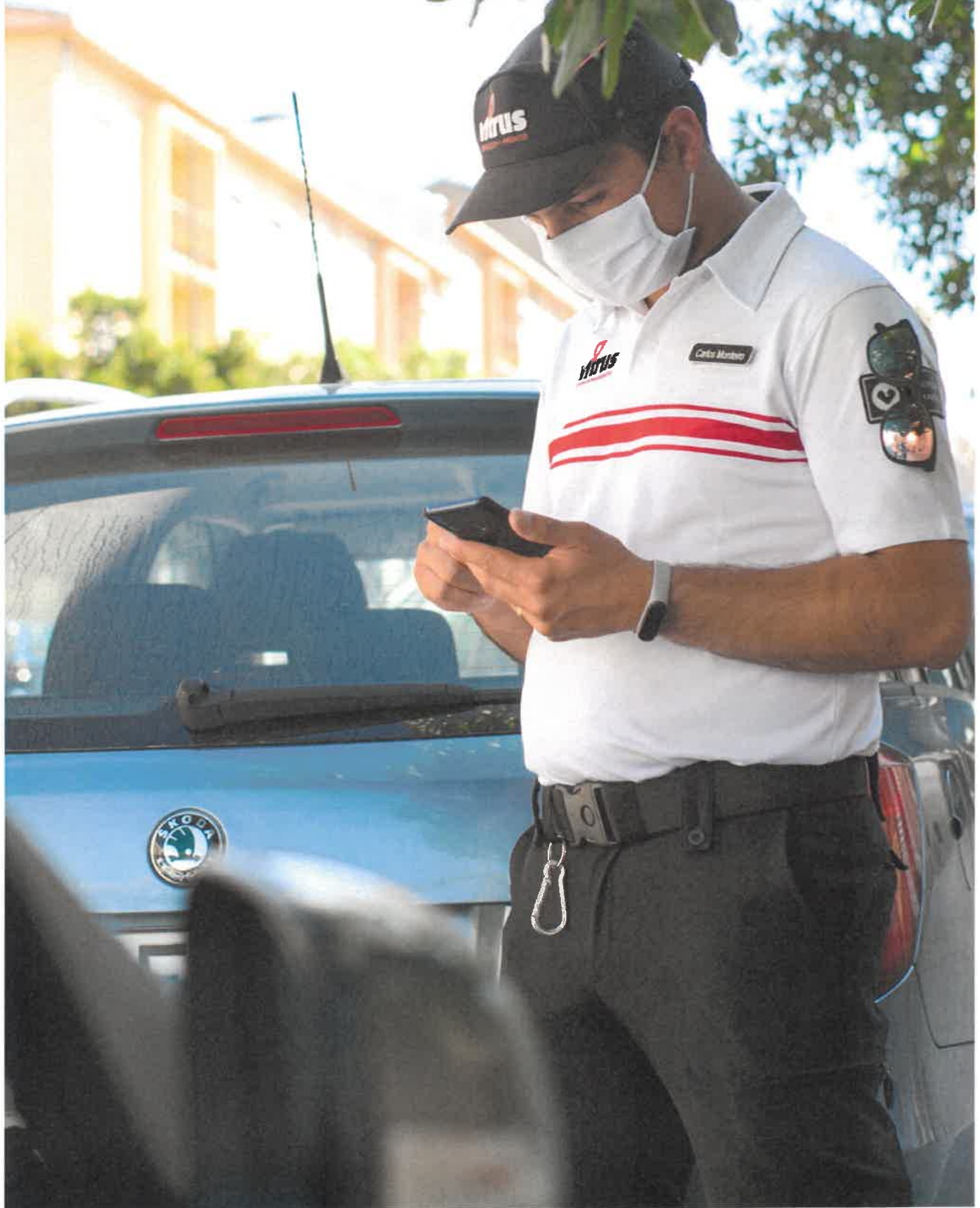
limpeza de vias públicas pretendemos apoiar as juntas de freguesia na manutenção das suas ruas e caminhos de forma a evitar perigos e constrangimentos, garantindo a satisfação dos cidadãos. Este serviço contempla a limpeza contínua e programada de caminhos públicos e espaços verdes, distribuídos pelos seguintes locais: ROTA DA CITÂNIA, ROTA DE SÃO TORCATO, ROTA DA PENHA, CAMINHO REAL E PISTA DE CICLOTURISMO e ainda as escolas do concelho.

A limpeza na gestão das faixas de combustível é um serviço da responsabilidade da VITRUS, para a prevenção de incêndios. A nossa empresa fez a limpeza de 295 ha de faixas de combustível em várias zonas do concelho de Guimarães, limpando e cortando, de forma seletiva, 10 metros para lá da estrada, seguindo as regras estipuladas na lei.

Para além da manutenção de espaços verdes, a VITRUS assegura a limpeza do Centro Histórico. Prestamos diariamente serviços de varredura manual e automática, de lavagem através de equipamentos de alta pressão, sopradores, recolha de lixo dos passeios, de chicletes (Papa-Chicletes) e pontas de cigarros (Eco-Pontas) e manutenção das papeleiras, sempre de acordo com as necessidades.

Devido aos resultados extremamente positivos, prevê-se continuar a alargar o projeto por fases, designadamente às restantes freguesias do concelho.

02





Serviço II

Estacionamento Público

Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público

A mobilidade urbana é, cada vez mais, um assunto urgente e na ordem do dia. As cidades estão a tornar-se cada vez mais lotadas, sendo que Guimarães tem vindo a verificar dois fenómenos que dificultam a mobilidade: 1. o grande aumento de oferta de mercado, quer de lojas, restaurantes, espaços culturais ou de lazer, que trazem cada vez mais público ao centro da cidade, em diversas alturas do dia; 2. o aumento vertiginoso de turismo e do conseqüente crescimento de alojamentos no centro da cidade para dar resposta à procura. Estes fatores conjugados resultam num constante esgotamento de espaço público livre para o estacionamento das viaturas.

A necessidade da criação de soluções é, efetivamente, uma urgência, já que implica igualmente com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos que habitam, trabalham ou visitam Guimarães.

A VITRUS é a empresa municipal responsável pela gestão do estacionamento público na cidade e tem

como propósito melhorar a mobilidade urbana através de soluções justas, eficientes e adequadas às necessidades dos condutores. Existe este compromisso até, pelo menos, 31 de dezembro de 2024, data em que termina o contrato-programa entre o Município e a VITRUS; o de implementar na cidade soluções de estacionamento adequadas e inovadoras.

A pandemia teve um forte impacto no estacionamento público, visto que pagamento nos parques públicos e nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada esteve suspenso durante quase dois meses, sendo que nos meses seguintes também sentimos quebras significativas, devido às alterações existentes no quotidiano.

// Parques Públicos

A VITRUS gere cinco parques públicos localizados no centro de Guimarães, o que perfaz um total de mais de 800 lugares de estacionamento. Os nossos parques encontram-se abertos 24 horas, 7 dias por semana.

M
Castro
J.

“

|

Ordenar o estacionamento na via pública promove uma circulação mais fluida.

Este serviço permite um estacionamento sem duração limitada, em segurança e coberto, sendo que o ano de 2020 ficou marcado por uma redução no número de avançados e rotativos, devido à pandemia.

Em 2020 entrou em vigor o novo tarifário, aprovado pelo Município de Guimarães, que pretendia que o mesmo fosse mais ajustado à estratégia definida para este serviço.

Através da informação demonstrada no gráfico abaixo podemos verificar que no ano de 2021 existiu um aumento no número de utilizadores rotativos.

Este serviço representou cerca de 6% do volume de faturação da empresa.

// zonas de estacionamento de duração limitada [zedl]

Para além dos parques públicos, prestamos também o serviço de fiscalização das Zonas de Estacionamento

de Duração Limitada (ZEDL), ou mais comumente conhecidos por parcómetros. Gerimos mais de 1300 lugares de estacionamentos, distribuídos por 35 ruas do centro da cidade.

A importância das ZEDL cresce a cada dia, visto que ordenar o estacionamento na via pública promove uma circulação mais fluida, causa menos filas e menos problemas relacionados com o trânsito. A VITRUS tem ao dispor deste serviço oito agentes que têm como função exclusiva a fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado fazendo cumprir o REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA.

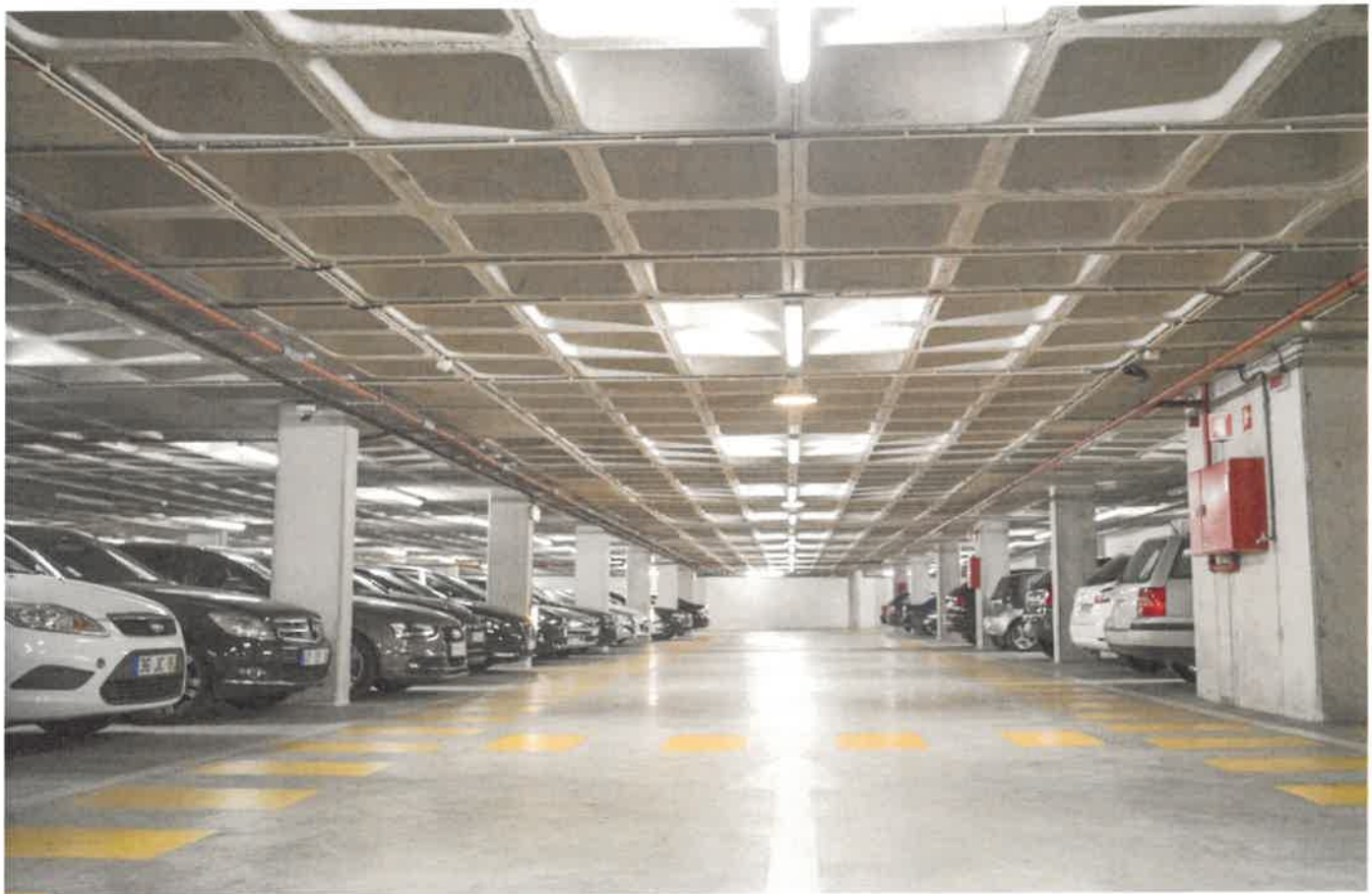
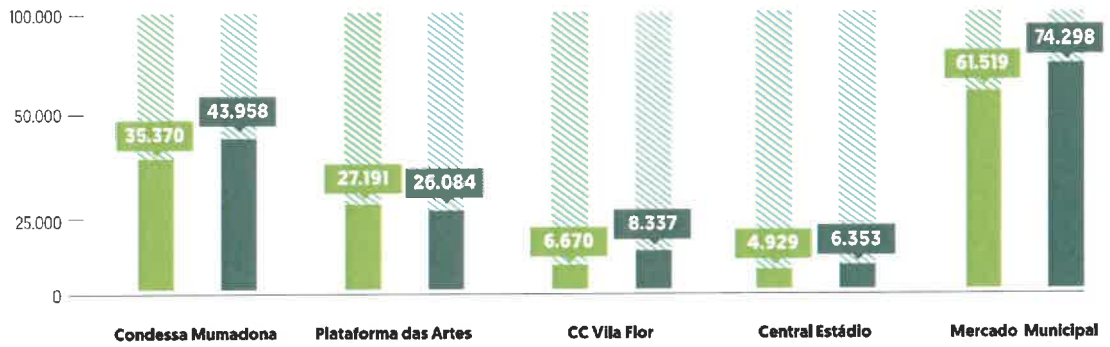
Através da experiência, continuamos a otimizar o serviço e a melhorar a nossa intervenção, sempre com o objetivo de tornar os lugares de estacionamento rotativos de acesso justo e democratizado.

Neste momento, este setor de atividade representa cerca de 6% do volume de faturação da empresa.

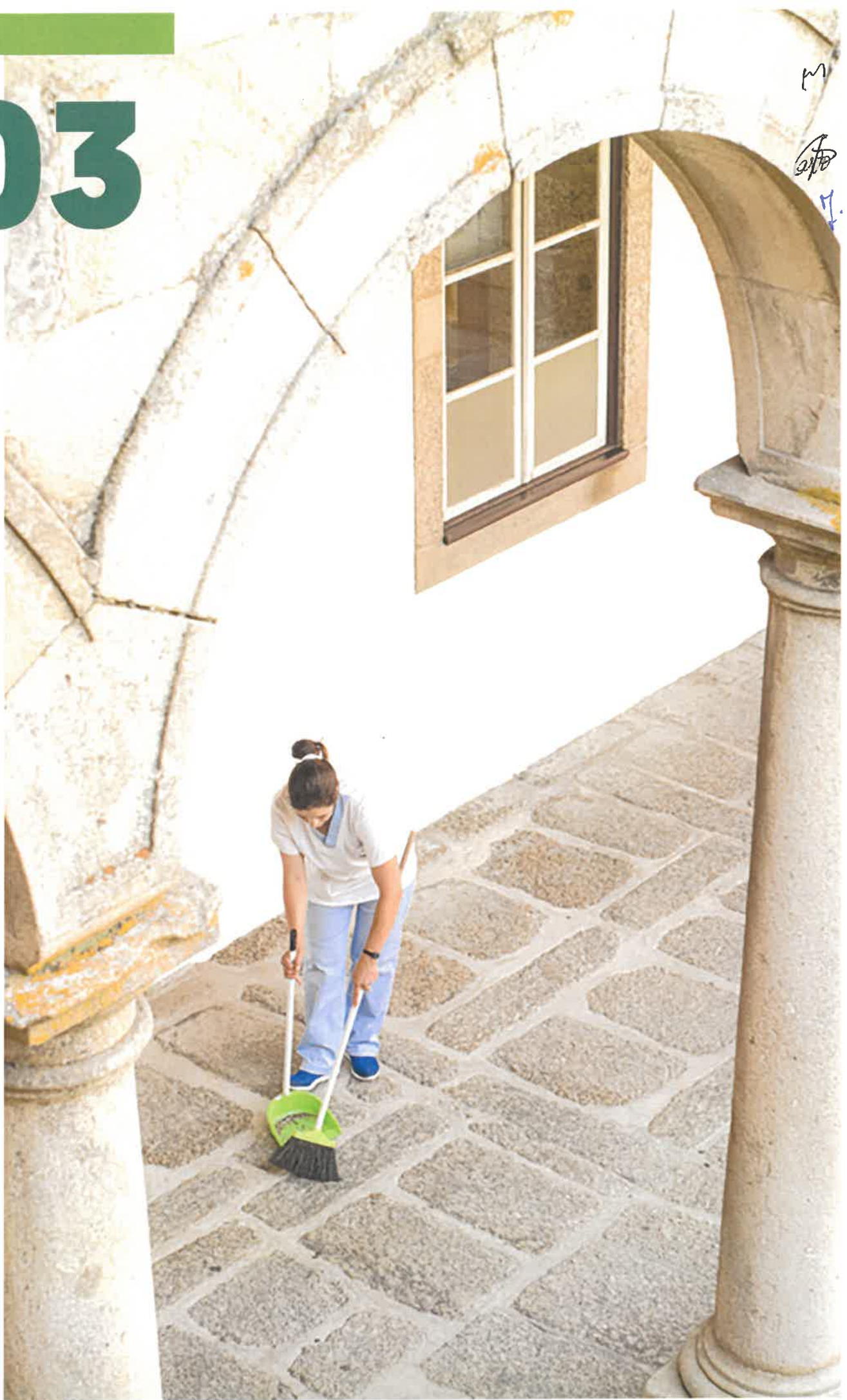
M
 auto
 7.

Evolução do N.º de Entradas
 Utilizador Rotativo

— 2020 — 2021



03





Serviço III

Limpeza de Edifícios Públicos

Este serviço representou cerca de 12% do volume de faturação da empresa.

A **VITRUS** presta serviços de limpeza de edifícios públicos e municipais, que estão sob a responsabilidade ou ocupados pela Câmara Municipal de Guimarães, que vão desde escritórios, a casas de banho públicas, balneários ou até mesmo grandes áreas como o Mercado Municipal, a Central de Camionagem, entre outros. Os nossos serviços consistem na limpeza geral do edifício como a varredura, lavagem de chão manual e mecânica, aspiração, limpeza de vidros, de mobiliário e de casas de banho de edifícios e públicas.

O ano em análise registou um crescimento considerável, quando comparamos com os dados de 2020, que muito se deve ao profissionalismo e à eficiência com que prestamos este serviço, bem como pela pandemia que aumentou a necessidade dos nossos serviços, nomeadamente na desinfeção de espaços públicos, com especial enfoque no Centro de Vacinação.

A limpeza, por ser feita em edifícios com uma grande utilização pública diária, quer por colaboradores, quer por visitantes, é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência, já que é um dos cartões de visita do nosso município.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas de acordo com as necessidades e especificidades dos locais em causa. Os serviços esporádicos são, igualmente, analisados e adaptados à nossa capacidade de resposta quer em recursos humanos, quer em equipamentos.

A introdução de novos serviços ao nosso portfólio, bem como a implementação de novas metodologias e soluções que melhorem a execução dos mesmos são metas a atingir já no futuro próximo, sempre com o intuito de assegurar o melhor desempenho possível aos nossos munícipes.

Este serviço representou cerca de 12% do volume de faturação da empresa.



“

Situação
económica
financeira

Objetivo de criar e gerar valor.

“

A empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

A **VITRUS** no exercício do ano de 2021 apresenta um resultado líquido positivo no valor de 344.485,05 Euros [trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos].

// rendimentos e gastos

A diferença entre os rendimentos e gastos é de 417.193,47 Euros [quatrocentos e dezassete mil, cento e noventa e três euros e quarenta e sete cêntimos], o que significa que a atividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

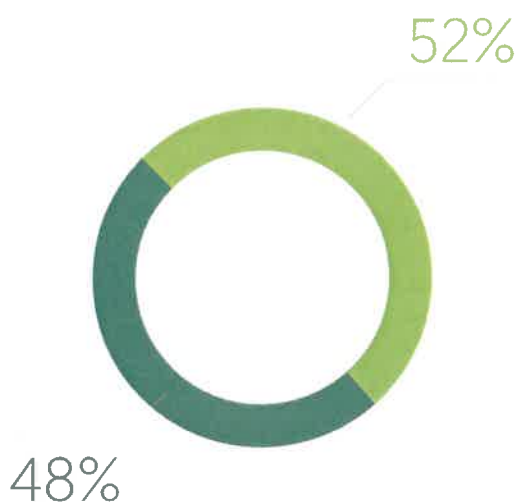
A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se representa:

// rendimentos

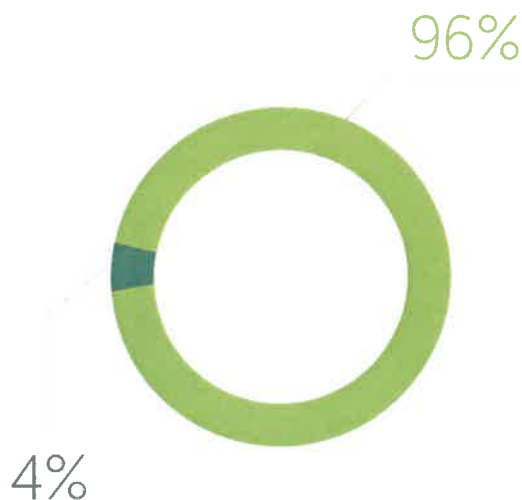
Os rendimentos totalizam o valor de 5.468.912,03 Euros, sendo o volume de negócios, durante o ano de 2021, de 5.229.002,54 Euros, fruto da prestação de serviços que é efetuada através áreas de atuação que a empresa detém [Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano].

O valor relativo de 4%, no montante de 239.909,49 Euros refere-se aos apoios a programas aprovados pelo IEFP, à cobrança dos avisos de pagamento prévio e de contraordenações, no exercício da fiscalização das ZEDL, à imputação de subsídios para investimentos, às indemnizações por sinistros, entre outros não especificados.

— Rendimentos — Gastos



— Prestação de Serviços — Outros Serviços



17
asta
J.



// Gastos

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2021, o valor cifrou-se nos 5.051.718,56 Euros e distribuiu-se em: **Pessoal** [2.700.026,48 Euros] com uma representação de cerca de 53%; **Fornecimento e Serviços Externos** [1.945.634,96 Euros] que representaram cerca de 39% dos gastos totais; **Depreciações e Amortizações** [377.785,88 Euros] o equivalente a 7% e como **Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares Suportados** [28.271,24 Euros], com uma representatividade de 1%.

// Investimentos

Em 2021 o valor do investimento foi de 694.953,17 Euros. Este investimento destinou-se à aquisição de uma viatura pesada para recolha de resíduos, de um terreno

para o estaleiro, de viaturas ligeiras de mercadorias, um trator e uma retroescavadora, em contentores semienterrados, entre outros equipamentos básicos. Podemos considerar que o ano 2021 continuou a ser um ano de forte investimento para a VITRUS, existindo uma subida relativamente ao exercício anterior.

// Estado e outros entes públicos

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da lei n.º 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a situação regularizada perante a Autoridade Tributária.

// Síntese de Indicadores

Demonstra-se, de seguida, alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a “saúde” que a empresa apresentou no ano em análise.

Indicadores	'21	'20
EBITDA	801.286,67 €	909.215,85 €
EBIT	423.500,79 €	543.884,85 €
Rendibilidade Operacional [EBITDA/VN]	15,32 %	19,54 %
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	3.303.558,06 €	3.073.304,37 €
Prazo Médio de Recebimentos [dias]	47	62
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	46	61
Autonomia Financeira [CP/A]	60,92 %	58,77 %
Endividamento [P/A]	39,08 %	41,23 %
Solvabilidade [CP/P]	155,85 %	142,55 %
Liquidez Geral	1	1
Liquidez Reduzida	1	1
Rendibilidade do Capital Próprio	16,71 %	24,98 %
Capital Social	255.343,00 €	255.343,00 €
Capital Próprio	2.061.188,70 €	1.772.504,41 €
Volume de Negócios Total	5.229.002,54 €	4.653.194,26 €
Investimento	694.953,17 €	614.970,64 €

// Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Entre a data do Balanço e data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes Demonstrações Financeiras

// Ações próprias

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.

// Autorizações Concedidas A Negócios Entre A Sociedade E Os Seus Administradores

Para efeitos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, a **VITRUS** declara que, para o período em análise, não existiram negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

// Principais riscos e incertezas

A **VITRUS** está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pelo Administrador Executivo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Administrador Executivo identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

A **VITRUS** recorre ao crédito bancário para financiar a sua atividade, através de locações financeiras e contas correntes caucionadas.

7
07/17
7.

“

Perspetivas futuras

Gestão sustentável de todo
o trabalho que levamos à prática.

“

|

Procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência.

Os objetivos estratégicos da **VITRUS** para o ciclo atual, em todos os níveis em que atua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes fatores tornam a gestão sustentável de todo o trabalho que levamos à prática.

Em consonância com os objetivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da **VITRUS** será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor, se implementarmos procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de toda nossa atuação.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas.

Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e, ao mesmo tempo, tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora, em relação a outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas e maior eficácia.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa, apostando na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores, para encarmos o futuro com elevado otimismo e confiança.

“

Proposta de aplicação resultados

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da **VITRUS**, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2021, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de **344.485,05 Euros [trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos]**, da seguinte forma:

Reserva Legal [10%]

34.448,51 Euros

Conforme art.º 295.º do CSC e n.º 2 do art.º 28.º dos Estatutos da empresa

Resultados Transitados

92.386,54 Euros

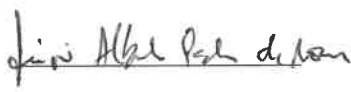
Constituição de Reserva Especial

217.650,00 Euros

Correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos, nos termos de investimento, pela utilização da DLRR – Dedução por lucros retidos e reinvestidos

Guimarães, 30 de março de 2022

O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

Anexo ao relatório de gestão Período de 2021

1. Nos termos do Artigo 447º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos sociais de Administração e de Fiscalização no Capital Social é a seguinte:

Conselho de Administração

	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Sérgio Castro Rocha - Presidente	0,00	0,00	0,00
João Pedro Oliveira Martins Castro – Administrador Executivo	0,00	0,00	0,00
Maria José Teixeira Martins – Administradora Não Executiva	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Fiscal Único

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

Representado por:

Dr. Gaspar Vieira de Castro

Suplente do Fiscal Único:

Dra. Anabela Barbosa Dias

Os seus membros não possuem qualquer ação da sociedade.

2. Nos termos do Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os acionistas titulares de, pelo menos, um décimo do Capital Social:

Acionistas	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Município de Guimarães	255343	255.343,00	100
Total	255343	255.343,00	100

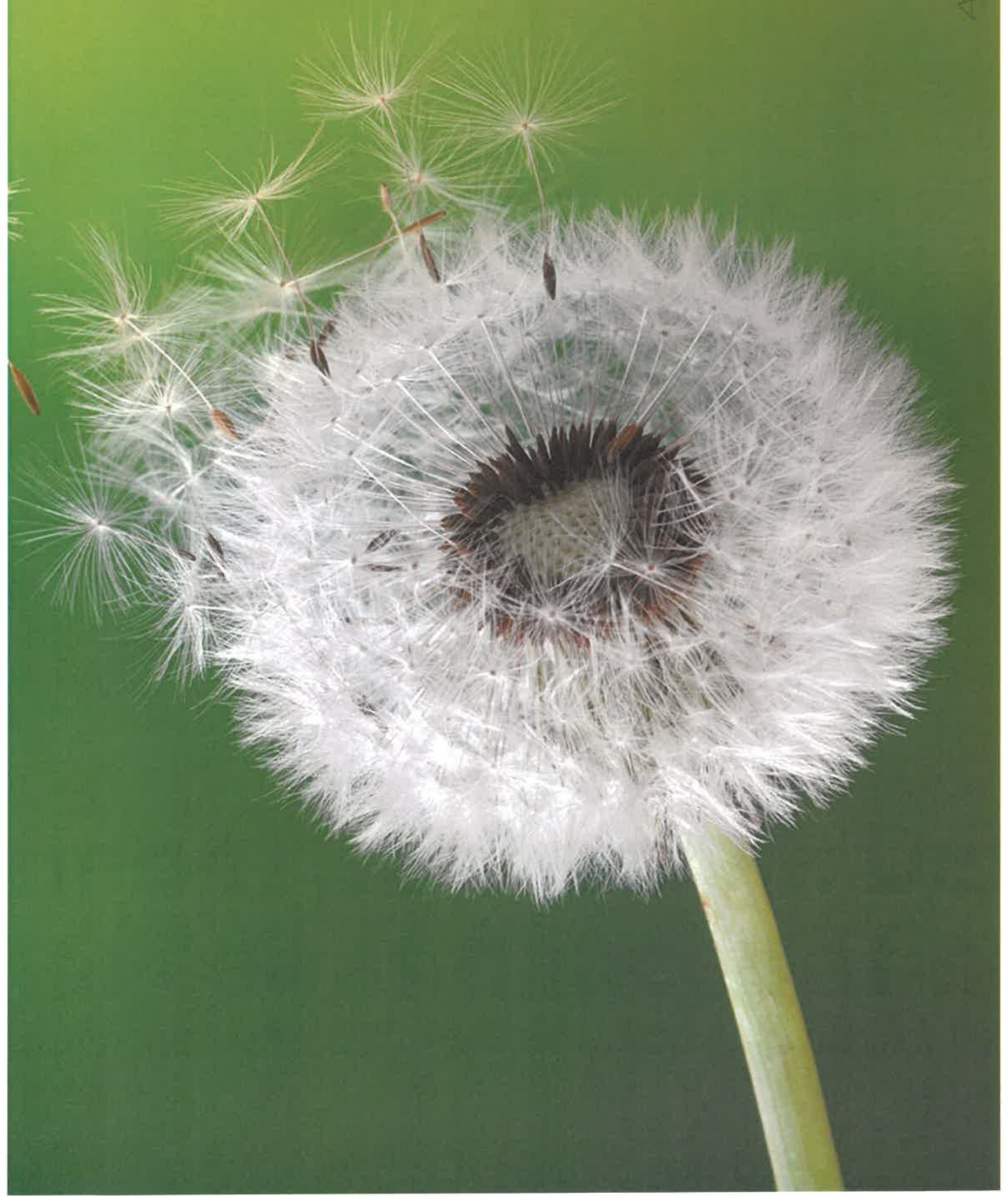
2010
4

“

Demonstrações financeiras

Transparência e eficiência de gestão!

M
2021
[Handwritten signature]



1.

Demonstração de Resultados por Naturezas

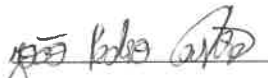
Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	10	5 229 002,54	4 653 194,26
Subsídios à exploração	15,6	20 190,48	8 562,06
Fornecimentos e serviços externos	15,4	-1 945 634,96	-1 588 451,95
Gastos com pessoal	13	-2 700 026,48	-2 292 288,43
Outros rendimentos	15,5	219 719,01	146 493,33
Outros gastos	15,7	-21 963,92	-18 293,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		801 286,67	909 215,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-377 785,88	-365 331,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		423 500,79	543 884,85
Juros e gastos similares suportados	15,8	-6 307,32	-8 237,88
Resultado antes de impostos		417 193,47	535 646,97
Impostos sobre o rendimento do período	11	-72 708,42	-92 922,06
Resultado líquido do período		344 485,05	442 724,91

A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro


Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

Balanço

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	2 114 021,86	1 786 930,15
Ativos intangíveis	9	35 679,27	45 603,69
Outros investimentos financeiros	12.2	33 675,21	25 528,51
Subtotal		2 183 376,34	1 858 062,35
Ativo corrente			
Clientes	12.1	678 425,44	784 822,19
Estado e outros entes públicos	15.1	33 569,58	0,00
Outros créditos a receber	12.1	49 614,50	33 710,43
Diferimentos	15.2	58 307,78	26 320,47
Caixa e depósitos bancários	5	380 415,80	313 012,29
Subtotal		1 200 333,10	1 157 865,38
Total do Ativo		3 383 709,44	3 015 927,73
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.3	255 343,00	255 343,00
Reservas legais	15.3	116 374,49	72 102,00
Outras Reservas	15.3	418 870,00	139 200,00
Resultados transitados	15.3	619 318,11	500 535,69
Outras variações no capital próprio	14	306 798,05	362 598,81
Subtotal		1 716 703,65	1 329 779,50
Resultado líquido do período		344 485,05	442 724,91
Total do Capital Próprio		2 061 188,70	1 772 504,41
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8/12.3	232 999,21	143 178,68
Subtotal		232 999,21	143 178,68
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	247 207,10	264 819,43
Estado e outros entes públicos	15.1	129 352,15	188 265,39
Financiamentos obtidos	8/12.3	226 537,38	229 398,57
Outras dívidas a pagar	12.1	486 424,90	417 761,25
Subtotal		1 089 521,53	1 100 244,64
Total Passivo		1 322 520,74	1 243 423,32
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3 383 709,44	3 015 927,73

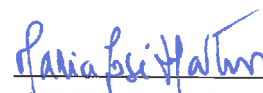
A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
 Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


 Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


 Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro


 Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

3.

Demonstração de Fluxos de Caixa


Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		5 656 562,47	4 600 908,20
Pagamentos a fornecedores		-2 114 173,59	-1 726 704,64
Pagamentos ao pessoal		-2 099 379,88	-1 680 894,53
Caixa geradas pelas operações		1 443 009,00	1 193 309,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-177 663,06	-10 903,08
Outros recebimentos/pagamentos		-571 717,33	-569 561,04
Fluxos das atividades operacionais (1)		693 628,61	612 844,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-365 143,26	-621 528,41
Ativos intangíveis		0,00	-45 596,10
Investimentos financeiros		-11 462,26	-6 701,71
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1 459,14	0,00
Subsídios ao investimento		5 081,01	466 519,79
Fluxos das atividades de investimento (2)		-370 065,37	-207 306,43
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		130 000,00	25 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-379 986,87	-320 419,34
Juros e gastos similares		-6 172,86	-8 296,44
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-256 159,73	-303 715,78
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		67 403,51	101 822,70
Caixa e seus equivalentes no início do período		313 012,29	211 189,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	380 415,80	313 012,29

A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
 Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


 Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


 Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro


 Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

4.

Demonstração das Alterações do Capital Próprio nos Períodos 2020 e 2021

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2020		255 343,00	64 243,85	139 200,00	429 812,32	409 661,21	78 581,52	1 376 842,00
Alterações no período		0,00	7 858,15	0,00	70 723,37	-47 062,40	-78 581,52	-47 062,40
Outras alterações reconhecidas no CP		0,00	7 858,15	0,00	70 723,37	-47 062,40	-78 581,52	-47 062,40
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442 724,91	442 724,91
Resultado integral							364 143,39	395 662,51
Operações c/ detentores de cap. no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 Dezembro 2020	15.3	255 343,00	72 102,00	139 200,00	500 535,69	362 598,81	442 724,91	1 772 504,41
Posição 1 de Janeiro 2020		255 343,00	72 102,00	139 200,00	500 535,69	362 598,81	442 724,91	1 772 504,41
Alterações no período		0,00	44 272,49	279 670,00	118 782,42	-55 800,76	-442 724,91	-55 800,76
Outras alterações reconhecidas no CP	15.3	0,00	44 272,49	279 670,00	118 782,42	-55 800,76	-442 724,91	-55 800,76
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344 485,05	344 485,05
Resultado integral							-98 239,86	288 684,29
Operações c/ detentores de cap. no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 Dezembro 2021	15.3	255 343,00	116 374,49	418 870,00	619 318,11	306 798,05	344 485,05	2 061 188,70

A Contabilista Certificada




Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional nº 57510

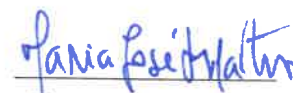
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

“

Anexo às demonstrações financeiras

[Montantes expressos em Euros]

M. A. J.



2.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.

Identificação da Entidade:

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 – Sede

Avenida Cônego Gaspar Estaço, n.º 606, Oliveira do Castelo, 4810-266 Guimarães.

1.3 – NIPC

509 584 888

1.4 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma empresa local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano.

A entidade tem por objeto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública:
 - Recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final;
 - Limpeza de instalações, espaços e vias públicas.
2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:
 - Parques públicos;
 - Zona de estacionamento de duração limitada (ZEDL).

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, do decreto-lei 36 A /2011 de 9 de março e do Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de Junho de acordo com a estrutura conceitual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 julho, e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015, de 24 julho, e 218/2015, de 23 julho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todo o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

M
ATA
J.

3.

Adoção pela primeira vez das NCRF

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi sempre utilizado pela Vitrus, na elaboração de demonstrações financeiras completas, na medida que a empresa iniciou a sua atividade em finais de 2010.

●— Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Para as obras em "edifícios e em outras construções de propriedade alheia" as taxas de depreciação são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

4.

Principais políticas contabilísticas

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

● Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Intangível	Vida útil Estimada
Programas de computador	6 anos
Programa antivírus	3 anos

● Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

● Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "IRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, encontra-se sujeita a tributação, à taxa normal de 17% na parte da matéria coletável que não ultrapasse os 25 000 euros e à taxa de 21% na parte excedente, incrementada pela aplicação da Derrama à taxa máxima de 1,5 %.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações relativas aos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação [e legislação fiscal] que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão refletir.

Costo
P
J.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos [equiparados a ativos por imposto diferidos]. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

●— Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras créditos a receber" são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a entidade adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" e

"Outras dívidas a pagar" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos de Capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não exista uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação, não afetando o resultado do período.

●— Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a empresa por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica outras variações nos capitais próprios, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

●— Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do

ativo é registado no Ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Financiamentos obtidos, e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a empresa locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

●— Provisões, Passivos Contingentes E Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente [legal ou construtiva] resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

“

Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas

passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido, a Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano contabilístico seguinte.

Não foram identificadas pelo Órgão de Gestão da Empresa situações que coloquem em causa a sua continuidade, deste modo as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

5.

Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Conta	'21	'20
Caixa	11	32 923,34	27 785,73
Depósitos à ordem	12	347 492,46	285 226,56
Totais meios financeiros líquidos		380 415,80	313 012,29

6.

Partes Relacionadas

I) Relacionamentos com a empresa-mãe

Empresa-mãe: CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.

a) Remunerações do pessoal chave da gestão

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferir por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 2.613,83 euros, à qual é deduzida a taxa remuneratória de 5% por se tratar de um gestor público no valor de 130,69€ e acrescida de despesas de representação no valor de 194,79 euros.

b) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

i) Natureza do relacionamento – empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, a recolha de resíduos urbanos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos urbanos, serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, durante o ano de 2021, à Câmara Municipal de Guimarães.

iii) Saldos pendentes (valores com IVA): a rubrica do balanço "clientes" apresenta um saldo devedor no valor de 678.425,44€ (em 2020: 784.822,19€) dos quais apenas 2.250,00€ (em 2020: 140.467,60€), dizem respeito ao Município referente ao serviço de recolha de resíduos

de construção e demolição nos meses de novembro e dezembro. A rubrica do balanço "fornecedores" apresenta um saldo credor de 247.207,10€ (em 2020: 264.819,43€) dos quais 70.725,00€ (igual em 2020) correspondem à fatura emitida pelo Município respeitante ao quarto trimestre de 2021 referente à concessão do estacionamento público.

iv) Em 2021 o volume total de transações (valores com IVA) com o Município de Guimarães foi de 1.621.703,83€ (em 2020: 1.198.361,51€) na ótica de nosso cliente e de 283.330,60€ (em 2020: 238.118,77€) enquanto nosso fornecedor.

II) Relacionamentos com a empresa VIMÁGUA – EIM, SA. – empresa do grupo Município de Guimarães.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

De modo a aproveitar a base de dados dos municípios de Guimarães, a Vimágua fatura e recebe em nome da Vitrus os contratos com tarifa de recolha de resíduos afetos à Vitrus. Em 2021, a Vimágua faturou em nome da Vitrus 3.103.097,97€ (em 2020: 2.990.210,77€) e transferiu-lhe 3.078.619,72€ (em 2020: 2.790.811,19€), sendo que o saldo pendente em 31 de dezembro é de 648.630,67€ (em 2020: 624.152,42€), valores não sujeitos a IVA, art.º 2 n.º 2 do CIVA.

Em contrapartida a Vimágua faturou esse serviço de faturação à Vitrus no valor de 70.441,46€ (em 2020: 75.047,15€), tendo sido integralmente pago pela Vitrus (valores com IVA).

III) Relacionamentos com a empresa RESINORTE - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS, SA.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

Em 2021, a Vitrus continuou com o acordo de parceria com a Resinorte, celebrado em 2020, ao abrigo da implementação do sistema Pay-As-You-Throw – PAYT – na zona histórica do Centro Histórico de Guimarães e na zona envolvente ao Centro Histórico. No âmbito desse protocolo são estabelecidas parcerias para a promoção de atividades de sensibilização no domínio do ambiente, com especial ênfase na promoção da redução, separação e reutilização dos resíduos. A Vitrus passou a efetuar a recolha e o transporte de resíduos no âmbito PAYT, de acordo as orientações técnicas dadas pela Resinorte.

Nesse sentido a Vitrus faturou à Resinorte a quantia de 78.940,46€ (em 2020: 37.782,14€), valores não sujeitos a IVA, estando pendente 20.399,29€ (em 2020: 12.590,20€), à data de 31 de dezembro de 2021.

M
A
J

7.

Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31. 12. 2020	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2021
Ativos fixos tangíveis						
Terreno e recursos naturais	0,00	101 935,00			0,00	101 935,00
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00			0,00	448 347,43
Equipamento básico	1 795 958,25	211 317,75				2 007 276,00
Equipamento de transporte	986 795,40	356 586,00				1 343 381,40
Equipamento administrativo	159 194,70	10 796,42				169 991,12
Outros ativos fixos tangíveis	21 123,32	4 481,72				25 605,04
AFT em curso	0,00	9 836,28			0,00	9 836,28
Ativo fixo tangível bruto	3 411 419,10	694 953,17	0,00	0,00	0,00	4 106 372,27
Depreciações	1 624 488,95	367 861,46				1 992 350,41
Depreciações acumuladas	1 624 488,95	367 861,46	0,00	0,00	0,00	1 992 350,41
Ativo tangível líquido	1 786 930,15	327 091,71	0,00	0,00	0,00	2 114 021,86

Descrição	31. 12. 2019	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2020
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00			0,00	448 347,43
Equipamento básico	1 315 138,64	480 819,61				1 795 958,25
Equipamento de transporte	895 123,50	91 671,90				986 795,40
Equipamento administrativo	148 651,17	10 543,53				159 194,70
Outros ativos fixos tangíveis	19 716,32	1 407,00				21 123,32
AFT em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	2 826 977,06	584 442,04	0,00	0,00	0,00	3 411 419,10
Depreciações	1 268 520,08	355 968,87				1 624 488,95
Depreciações acumuladas	1 268 520,08	355 968,87	0,00	0,00	0,00	1 624 488,95
Ativo tangível líquido	1 558 456,98	228 473,17	0,00	0,00	0,00	1 786 930,15

h
Certo
J. J.

8.

Locações

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:

Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
50 contentores ("moloks")	146 639,37	146 639,37	0,00
10 parçómetros	49 000,00	38 791,67	10 208,33
Viatura elétrica Goupil G3	33 640,50	24 529,52	9 110,98
Viatura elétrica Goupil G5	41 820,00	30 493,75	11 326,25
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192 372,00	123 574,24	68 797,76
Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	42 811,23	24 081,30	18 729,93
Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	194 709,00	82 751,32	111 957,68
40 contentores ("moloks")	111 684,00	15 123,88	96 560,12
43 contentores ("moloks")	119 531,40	3 735,36	115 796,04
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AJ-49-UO)	217 414,80	3 623,58	213 791,22
Total	1 149 622,30	493 343,99	656 278,31

A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2022	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400105419	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400110233	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088352	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088353	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088710	25 369,24	10 100,24	0,00	35 469,48
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400116724	4 805,90	0,00	0,00	4 805,90
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400117957	30 575,84	0,00	0,00	30 575,84
Caixa Leasing e Factoring, S.A. Contrato n.º CMOB/100127763	36 483,21	35 829,58	0,00	72 312,79
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CMOB/100134003	58 464,03	46 435,92	0,00	104 899,95
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100134796	70 839,16	140 633,47	0,00	211 472,63
Total das locações financeiras	226 537,38	232 999,21	0,00	459 536,59

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data de 31/12/2020, para cada ativo:

Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
50 contentores ("moloks")	146 639,37	131 364,43	15 274,94
10 parcómetros	49 000,00	32 666,67	16 333,33
Viatura elétrica Goupil G3	33 640,50	20 324,46	13 316,04
Viatura elétrica Goupil G5	41 820,00	25 266,25	16 553,75
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192 372,00	102 083,07	90 288,93
Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	42 811,23	18 729,90	24 081,33
Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	194 709,00	63 280,42	131 428,58
40 contentores ("moloks")	111 684,00	1 163,38	110 520,62
Total	812 676,10	394 878,58	417 797,52

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31/12/2020, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2021	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400105419	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400110233	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088352	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088353	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088710	25 011,44	35 475,12	0,00	60 486,56
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400116724	7 819,20	4 805,91	0,00	12 625,11
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400117957	35 270,37	30 575,83	0,00	65 846,20
Caixa Leasing e Factoring, S.A. Contrato n.º CMOB/100127763	36 297,56	72 321,82	0,00	108 619,38
Total das locações financeiras	104 398,57	143 178,68	0,00	247 577,25

9.

Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

- As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Ativo Não Corrente	31. 12. 2020	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2021
Ativos intangíveis						
Programas de computador	86 532,59	0,00	0,00	0,00	0,00	86 532,59
Al em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	86 532,59	0,00	0,00	0,00		86 532,59
Amortizações	40 928,90	9 924,42	0,00	0,00	0,00	50 853,32
Amortizações acumuladas	40 928,90	9 924,42	0,00	0,00	0,00	50 853,32
Ativo intangível líquido	45 603,69	-9 924,42	0,00	0,00	0,00	35 679,27
					0,00	

Ativo Não Corrente	31. 12. 2019	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31. 12. 2020
Ativos intangíveis						
Programas de computador	52 928,99	9 249,60	0,00	0,00	0,00	86 532,59
Al em curso	3 075,00	21 279,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	56 003,99	30 528,60	0,00	0,00	0,00	86 532,59
Amortizações	31 566,77	9 362,13	0,00	0,00	0,00	40 928,90
Amortizações acumuladas	31 566,77	9 362,13	0,00	0,00	0,00	40 928,90
Ativo intangível líquido	24 437,22	21 166,47	0,00	0,00	0,00	45 603,69

10.

Rédito

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	'21	'20
Prestações de serviços		
Higiene urbana	3 981 135,88	3 647 043,85
Limpeza edifícios públicos	620 137,17	432 616,93
Recolha de parques de estacionamento	290 556,47	256 172,00
Recolha de parcómetros	337 173,02	317 361,48
Total	5 229 002,54	4 653 194,26

11.

Impostos sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo pode ser detalhado como segue:

Descrição	'21	'20
Resultado antes imposto	417 193,47	535 646,97
Resultado antes imposto sujeito	417 193,47	535 646,97
Taxa imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre rendimento*	72 708,42	92 922,06

*Inclui tributação autónoma

A Vitrus teve benefício fiscal no montante global de 21.765,00 euros correspondente à utilização da DLRR – Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos.

12.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

12.1 - Fornecedores/clientes/outras créditos a receber e dívidas a pagar/ pessoal

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de fornecedores/clientes/outras créditos a receber e dívidas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31. 12. 2021			31. 12. 2020		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidades acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidades acumuladas	Total
Ativo						
Clientes	678 425,44	0,00	678 425,44	784 822,19	0,00	784 822,19
Outros créditos a receber	49 614,50	0,00	49 614,50	33 710,43	0,00	33 710,43
Total do ativo	728 039,94	0,00	728 039,94	818 532,62	0,00	818 532,62
Passivo						
Fornecedores	247 207,10	0,00	247 207,10	264 819,43	0,00	264 819,43
Outras dívidas a pagar	486 424,90	0,00	486 424,90	417 761,25	0,00	417 761,25
Total passivo	733 632,00	0,00	733 632,00	682 580,68	0,00	682 580,68
Total líquido	-5 592,06	0,00	-5 592,06	135 951,94	0,00	135 951,94

As Outras dívidas a pagar englobam essencialmente as seguintes rubricas:

- Fornecedores de investimento no valor de 7.820,91€ (em 2020: 12.204,00€);
- Credores por acréscimos no valor de 388.488,39€ (em 2020: 298.703,08€);
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – imposto associado – no valor de 89.070,37€ (em 2020: 105.270,60€).

12.2 – Outros investimentos financeiros

Trata-se das contribuições mensais, iniciadas no ano de 2014, para os fundos de compensação do trabalho (FCT), associados a colaboradores da Vitrus abrangidos.

Em 31 de dezembro de 2021, os FCT apresentavam o valor de 33.675,21€, comparativamente com a quantia de 25.528,51€ em finais de 2020.

12.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31. 12. 2021			31. 12. 2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Passivos						
Empréstimos bancários (Caucionada)	0,00	0,00	0,00	125 000,00	0,00	125 000,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	226 537,38	232 999,21	459 536,59	104 398,57	143 178,68	247 577,25
Total	226 537,38	232 999,21	459 536,59	229 398,57	143 178,68	372 577,25

13.

Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	'21	'20
Remuneração do membro do órgão social	45 344,88	45 519,10
Encargos s/ remun. do membro do órgão social	10 339,58	10 545,72
Remunerações do pessoal	2 044 033,52	1 720 744,55
Encargos sobre remunerações	430 005,39	365 054,34
Indemnizações	258,06	0,00
Acréscimos remunerações a liquidar	69 294,92	27 349,46
Seguros de acidentes trabalho	56 820,69	89 187,40
Outros gastos	43 929,44	33 887,86
Total	2 700 026,48	2 292 288,43

A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária.

O número médio de empregados durante o período de 2021 foi de 175.

A 31 de dezembro de 2021 o número de colaboradores era de 188, por comparação dos 155 em 31 de dezembro de 2020.

14.

Apoios

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos ativos subsidiados na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas	Saldo Final A/C 5931 (31-12-2020)	Imputação Subsídio A/C 7883	Reconhecimento do subsídio a reconhecer	Saldo Final A/C 5931 (31-12-2021)
Subsídio atribuído ao investimento	467 869,41	72 000,99	0,00	395 868,42
Total do ativo	467 869,41	72 000,99	0,00	395 868,42

Rubricas	Saldo Final (31-12-2020)	Movimento débito	Movimento crédito	Saldo Final (31-12-2021)
Outras variações no capital próprio				
Subsídio ao investimento				
Subsídio atribuído (conta 5931)	467 869,41	-72 000,99	0,00	395 868,42
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	-105 270,60	0,00	16 200,23	-89 070,37
Total (conta 59)	362 598,81	-72 000,99	16 200,23	306 798,05

O montante pendente de 5.081,01€, de subsídios provenientes do POSEUR (à exploração e ao investimento) referente à primeira candidatura do PAYT foi recebido em 16 de março de 2021.

Relativamente à segunda candidatura associada ao alargamento do mesmo projeto, dos 492.346,86€, está em aberto a quantia de 25.827,07€, a qual se espera vir a receber no decorrer do presente ano de 2022.

A Operação "Implementação do Sistema Pay-As-You-

Throw – PAYT na Zona Envolvente ao Centro Histórico de Guimarães" dá continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido e alargar a área de abrangência do Projeto PAYT em Guimarães.

O projeto tem demonstrado boa recetividade e esperam-se resultados muito positivos, em conformidade com as metas estabelecidas ao incrementar a recolha seletiva de resíduos e ao desincentivar à produção de resíduos indiferenciados, por aplicação do princípio poluidor-pagador.

15.

Outras Informações

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de «estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31. 12. 2021			31. 12. 2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Corrente
Ativos						
IRC a recuperar	33 569,58	0,00	33 569,58	0,00	0,00	0,00
IVA a recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	33 569,58	0,00	33 569,58	0,00	0,00	0,00
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	71 385,06	0,00	71 385,06
Retenção de imposto sobre o rendimento	11 218,54	0,00	11 218,54	11 817,88	0,00	11 817,88
IVA a pagar	65 729,31	0,00	65 729,31	20 717,91	0,00	20 717,91
Contribuições segurança social	51 110,96	0,00	51 110,96	81 974,93	0,00	81 974,93
Outras tributações (fundos compensação)	1 293,34	0,00	1 293,34	2 369,61	0,00	2 369,61
Total	129 352,15	0,00	129 352,15	188 265,39	0,00	188 265,39

M
 Costa


15.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31. 12. 2021			31. 12. 2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	45 994,37	0,00	45 994,37	13 233,34	0,00	13 233,34
Rendas	1 626,65	0,00	1 626,65	1 626,65	0,00	1 626,65
Leasings/ALD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	10 686,76	0,00	10 686,76	11 460,48	0,00	11 460,48
Total	58 307,78	0,00	58 307,78	26 320,47	0,00	26 320,47

15.3 – Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

	'21	'20
Capital próprio		
Capital subscrito	255 343,00	255 343,00
Reservas Legais	116 374,49	72 102,00
Reservas Especiais para Investimento	418 870,00	139 200,00
Resultados transitados	619 318,11	500 535,69
Outras variações no capital próprio	306 798,05	362 598,81
Resultado líquido do período	344 485,05	442 724,91
Total	2 061 188,70	1 772 504,41

15.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	'21	'20
Serviços especializados	647 720,21	660 259,46
Trabalhos Especializados	195 630,55	311 851,55
Honorários	17 098,91	18 980,00
Conservação e reparação	405 818,81	300 704,71
Outros	29 171,94	28 723,20
Materiais	105 391,54	90 385,84
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	98 388,36	77 001,32
Outros	7 003,18	13 384,52
Energia e fluidos	509 329,66	356 711,74
Combustíveis	458 158,44	319 089,98
Outros	51 171,22	37 621,76
Deslocações, estadas e transportes	3 226,86	1 473,49
Deslocações e estadas	1 965,90	1 473,49
Outros	1 260,96	0,00
Serviços diversos	679 966,69	479 621,42
Rendas e alugueres	458 439,35	290 294,49
Outros	221 527,34	189 326,93
Total	1 945 634,96	1 588 451,95

15.5 - Outros Rendimentos

A rubrica "outros rendimentos" contempla fundamentalmente as taxas pagas pelos municípios aquando incumprimento na utilização do estacionamento público de duração limitada onde existem parcómetros, sendo o valor de 81.150,14€ [em 2020: 38.273,50€].

O recebimento aumentou consideravelmente em relação ao ano transato na medida que alguns avisos tramitaram em sede de contraordenações, o que alertou vários utilizadores. A Vitrus recebeu 43.260,00 euros referentes a contraordenações.

Também abrange o serviço técnico de desenvolvimento do projeto URBACT prestado ao município de Guimarães no valor de 3.821,13€ [em 2020: 18.000,00€], assim como a imputação de subsídios para o investimento que ascende a quantia de 72.000,99€ [em 2020: 60.725,68€], entre outras rubricas de valor residual.

15.6 – Subsídios à Exploração

Os "subsídios à exploração", no valor de 20.190,48€ (em 2020: 8.562,06€), dizem respeito a:

- 9.174,94€ - recebimento pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito de dois Estágios Profissionais de Emprego (em 2020: 3.932,12€);
- 10.259,59€ - recebimento pelo Instituto de Emprego e

Formação Profissional (IEFP), no âmbito dos contratos de emprego inserção (em 2020: 4.269,88€);

- 755,95€ - subsídio por parte do Instituto de Segurança Social no âmbito das medidas de apoio aos filhos até 12 anos associadas ao COVID-19 (em 2020: 360,06€).

15.7 – Outros Gastos

A rubrica "outros gastos" incorpora fundamentalmente, impostos indiretos no valor de 3.997,97€ (em 2020 foi de 4.884,04€), tais como imposto de selo e impostos sobre transportes rodoviários, assim como quotizações no valor de 1.388,00€ em associações de índole ambiental [em 2020 foi de 4.388,00€], indemnizações pagas por danos causados a terceiros no valor de 11.117,75€ [em 2020 foi de 3.043,41€], entre outras rúbricas residuais.

15.8 – Juros e Gastos Similares Suportados

Os "juros e gastos similares suportados" apresentam um total no valor de 6.307,32€, sendo muito similar ao de 2020 [8.237,88€], discriminado da seguinte forma:

- 4.510,21€ - juros de financiamento obtidos via contas caucionadas;
- 1.657,79€ - juros associados aos contratos de locações financeiras;

· 139,32€ - outros gastos relativos a financiamentos obtidos

15.9 – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2021, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 344.485,05 euros (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos), da seguinte forma:

- 10% para reserva legal no valor de 34.448,51 euros;
- constituição de uma reserva especial pelo valor de 217.650,00 euros, correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos, nos termos do regime da antecipação do registo de investimento, pela utilização da DLRR – Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos;
- o remanescente 92.386,54 euros para resultados transitados.

16.

Acontecimentos Após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de março de 2022. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

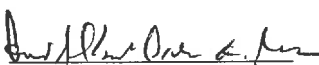
Guimarães, 30 de março de 2022

A Contabilista Certificada

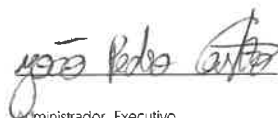


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

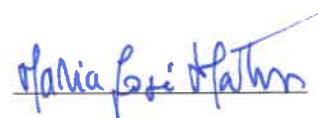
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

17.

Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2021, pela sociedade de Revisores G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda., ascenderam a 4.800 euros, aos quais acresce IVA à taxa legal.

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da Lei nº 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.



“

Anexos

Certificação Legal de Contas,
Relatório e Parecer do Fiscal Único.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3 383 709 euros e um total de capital próprio de 2 061 189 euros, incluindo um resultado líquido de 344 485 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 31 de março de 2022

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278; CMVM 20160889)

Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade de Fiscal Único da sociedade **VITRUS AMBIENTE, EM, S.A.** apresentar o nosso parecer sobre o Relatório e demais documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1. Atendendo ao contexto descrito, no exercício das nossas funções:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade através do contacto mantido com o Conselho de Administração e os departamentos Financeiro e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- b) Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- c) Procedemos a verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliámos a eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- d) Examinámos as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da sociedade, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados.

2. Tendo em consideração as verificações, fiscalizações e diligências executadas, bem como os documentos de prestação de contas da sociedade e a Certificação Legal das Contas por nós emitida, sem reservas nem ênfases, (a qual anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer), concluímos que:

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira.
- os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

e somos de parecer que a Assembleia Geral deve:

- Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021;
- Aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- Proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da sociedade, nos termos previstos no artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 31 de março de 2022

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)
Representada por

Anabela

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, CMVM 20160889)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)

“

|

Relatório e Contas. '21

Vitrus Ambiente EM SA

Av. Cônego Gaspar Estação Nº 606 Oliveira do Castelo - 4810-266 Guimarães
geral@vitrusambiente.pt - vitrusambiente.pt



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



NÚMERO VERDE
800 209 565